

Ameaça à saúde

14 FEV 1992

Cláudio Aguiar da Silva Neto

102

Depois da queda do ministro Alceni Guerra, da Saúde, em meio às vexatórias acusações de fraudes na compra de bicicletas e automóveis, de mochilas a medicamentos, que deixaram o público perplexo, um outro fenômeno surge para estarrecer a todos. Trata-se de um distorcido processo de municipalização da saúde, decorrente de uma falsa e ideológica interpretação da nova Constituição.

O fenômeno ocorre em todo o País, incluindo aí o Centro-Oeste e particularmente o Estado de Goiás. Os escândalos que tornaram insustentável a posição do então ministro da Saúde representam muito pouco diante da implantação, sem critérios, de hospitais municipais.

Se considerarmos o parâmetro ideal de 4,2 leitos por mil habitantes, para 150 milhões de habitantes, hoje, no Brasil (a estimativa inicial do IBGE é de que sejamos 148 milhões de brasileiros), temos a necessidade de 630 mil leitos hospitalares. Contudo, a capacidade instalada é de apenas 501 mil.

Utilizando-se o mesmo parâmetro para o Estado de Goiás, para os seus 4 milhões de habitantes a necessidade de leitos hospitalares seria de 16.800. Para essa população, em dezembro de 1990, já estavam instalados neste Estado 24.200 leitos.

Já são hoje 117 hospitais públicos no Estado (mais 18 em construção e outros 10 em cogitação no Ministério da Saúde, a maioria dos quais recentemente implantados, por iniciativa dos próprios municípios, com

ou sem apoio direto do Ministério da Saúde (que desconhece a realidade local) e sem o conhecimento ou participação da Secretaria Estadual de Saúde, o que é inadimissível. Surgem assim muitos desses hospitais onde, rigorosamente, não há qualquer necessidade e até onde já existe grande excedente de leitos. Ao lado dessa realidade persistem, ao mesmo tempo, muitos municípios carentes para os quais o benefício não está sendo cogitado, quando deveriam ser os primeiros.

A moda agora é a implantação de hospital municipal. É obra de fachada, pode render dividendos eleitorais, "marca" uma administração e pode até ser mais uma boa forma de auferir outras compensações ou lucros. Haja visto o exemplo das licitações direcionadas de que deu exemplo o próprio Ministério da Saúde.

Esse fenômeno representa malversação inaceitável de recursos públicos, em volume muito mais expressivo que os dispendidos nas bicicletas e talhas das lojas do Pedro. Por estas e outras razões é que chegamos à situação caótica em que se encontra a saúde pública.

Com isso os governos estadual e o federal não podem ser coniventes. Talvez o sejam por falta de informação, pois dificilmente o governador terá ciência desse processo, mas, temos certeza, não é de seu interesse ou do seu secretário de Saúde ou do futuro ministro da Saúde.

Cláudio Aguiar da Silva Neto é presidente da Associação dos Hospitais do Estado de Goiás